

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8217 | Salvador, quinta-feira, 12.08.2021

Presidente Augusto Vasconcelos



RETROCESSO

**Desmonte: BB
fecha quase 400
agências no país**

Página 2

Duro golpe nos trabalhadores

ALAN WHITE - FOTOS PÚBLICAS - ARQUIVO



A minirreforma trabalhista, aprovada na Câmara Federal através da MP 1045/21, causa prejuízos gravíssimos aos trabalhadores e aos jovens. Entre os absurdos, a medida

faz alterações na CLT, precariza a relação de trabalho e cria o subemprego. Mais um golpe do governo ultraliberal de Bolsonaro na classe trabalhadora.

Página 3

MP de Bolsonaro aprofunda as maldades contra os trabalhadores



NaniCartoon.com

**Luta, dia 18,
em defesa do
serviço público**

Página 4

MANOEL PORTO - ARQUIVO



Reestruturação do BB é um disfarce para o desmonte total da instituição

BB fecha 391 agências em um semestre

Agenda ultraliberal sucateia o banco para privatizá-lo

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O **DESMONTE** do Banco do Brasil segue acelerado e sem que a sociedade perceba. Após a divulgação do lucro de quase R\$ 10 bilhões de janeiro a junho, o que mais surpreende é o número de agências fechadas no primeiro semestre.

Ao todo, 391 unidades tiveram as atividades encerradas. O número é mais do que o triplo anunciado pela direção da empresa no início do ano. A "re-

estruturação" previa o fechamento de 112 agências, 242 postos de atendimento e sete escritórios.

O corte drástico no quadro de funcionários é outra preocupação. Em um ano foram eliminados 6.956 postos, 2.358 somente no segundo trimestre deste ano. Com a redução, o BB agora conta com 85.518 trabalhadores.

Em contrapartida, em 12 meses foram mais 2,9 milhões de novos clientes. Assim como na Caixa, no BB a sobrecarga aumentou. Hoje um funcionário atende em média 783 correntistas. Os dados não deixam dúvidas. A política ultraliberal do governo Bolsonaro tem como principal objetivo acabar com o patrimônio nacional e destruir direitos.

susta o efeito da medida.

No documento enviado aos parlamentares, as entidades ressaltam que a medida viola os direitos dos empregados das estatais, altera regras vigentes e re-

Eleição de delegado sindical termina amanhã. Vote logo

RESPONSÁVEIS por levar as demandas dos bancários para o Sindicato, os delegados sindicais podem ser escolhidos através da votação que segue até às 17h de amanhã. Para isso, os funcionários do Banco do Brasil, Caixa e BNB, da base do Sindicato dos Bancários da Bahia, devem acessar o [link](#) disponível no [site](#) do SBBA, preencher o campo com o CPF

e verificar se está habilitado para o pleito. Em caso de dúvida, a Secretaria disponibilizou o [WhatsApp](#) (71)99946-1299 para esclarecimentos.

Será eleito o candidato com a maioria dos votos e em caso de empate o bancário com maior tempo de filiação à entidade será o escolhido. O mandato dos delegados sindicais é de 2021/2022.

Segue impasse do convênio entre Funcef, INSS e Caixa

O **FUTURO** do convênio entre a Funcef, o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) e a Caixa segue incerto. A Fundação solicitou a prorrogação da parceria, que venceu no último dia 5 de agosto.

A manutenção integral é extremamente importante para que os participantes consigam programar e organizar a vida

financeira sem prejuízos. Há tempos, a entidade representativa cobra uma solução da Funcef, porém sem respostas.

Em dezembro de 2019, a Fundação informou o cancelamento do convênio Caixa/INSS/Funcef. Com a mudança, após março de 2020, todos os benefícios foram pagos diretamente pela rede bancária.

NATINHO RODRIGUES - ARQUIVO



Negociações com a Previdência para pagamento de benefícios continuam

Entidades pedem apoio ao Senado Federal contra a CGPAR 23

A **RESOLUÇÃO** 23 da CGPAR precisa ser barrada, urgentemente. Por isso, as entidades representativas enviaram ofício ao Senado, solicitando o apoio na aprovação do projeto que

susta o efeito da medida.

No documento enviado aos parlamentares, as entidades ressaltam que a medida viola os direitos dos empregados das estatais, altera regras vigentes e re-

flete no equilíbrio financeiro e econômico dos planos de saúde.

A aprovação do projeto é fundamental para garantir o direito dos trabalhadores. O PDC (Projeto de Decreto da Câmara

956/18, de autoria da deputada Erica Kokay (PT/DF), já foi aprovado na Câmara Federal. No Senado, o tema segue como PDL (Projeto de Decreto Legislativo) 342/2021.

Novo golpe: corte da hora extra

Minirreforma aprofunda os cortes nos direitos dos trabalhadores. Governo não dá trégua

RENATA LORENZO imprensa@bancariosbahia.org.br

O CONGRESSO Nacional é totalmente descolado das necessidades do povo e dá mais um duro golpe contra o trabalhador. A Medida Provisória

1.045, aprovada na terça-feira, pela Câmara Federal, altera, entre outros pontos, a regra de horas extras, cria o Requip (Regime Especial de Qualificação

e Inclusão Produtiva), com a contratação de jovens entre 18 anos e 29 anos que terão menos direitos, além de acabar com o programa Jovem Aprendiz.

A MP é conhecida também como “minirreforma” trabalhista, por ameaçar diversos dispositivos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Contra todos os ataques

que fragilizam os empregos e criam formas de precarizar ainda mais a contratação de trabalhadores, a bancada de oposição apresentou emendas e destaques ao texto.

O movimento sindical vai continuar batalhando para minimizar os prejuízos da Medida Provisória, cheia de emendas jabutis, apresentadas pelos segmentos empresariais, com o objetivo de baratear a mão de obra no Brasil, precarizando ainda mais as relações de trabalho.

Medida Provisória é uma “minirreforma” trabalhista por ameaçar dispositivos da CLT.



ARQUIVO

Perverso, Bolsonaro propõe mais medidas prejudiciais aos trabalhadores

TST condena Bradesco por gestão por estresse

POR conta da “gestão por estresse”, o Bradesco foi condenado por dano moral coletivo pela Terceira Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho), novamente. A decisão foi mantida na segunda instância e o banco condenado a pagar R\$ 1 milhão, mas a empresa vai recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal).

O colegiado de ministros comprovou que o Bradesco adota uma gestão por estresse, que gera adoecimento dos bancários, acometidos por síndrome do pânico e depressão. Como os sindicatos denunciam há muito tempo, foi detectado que o

banco cobra metas “desarrazoadas”, inclusive fora do horário de expediente e em períodos de greve.

Além disso, foi comprovado que existe a prática de xingamentos por gerentes, ameaças de demissão, coação contra funcionárias gestantes e tentativas de inibir participação em greves. Para o relator do processo no TST, ministro Alexandre Agra Belmonte, “o bem jurídico tutelado nos autos é o valor atribuído pela coletividade à saúde mental de todo e qualquer trabalhador, bem como à higidez de todo e qualquer ambiente do trabalho”.

Até que enfim, Santander proíbe *WhatsApp Business*

COMO resultado das cobranças de sindicatos de todo país, o Santander informou que proibiu a utilização do *WhatsApp Business* para tratar de assuntos relacionados ao banco. Os trabalhadores denunciaram os abusos às entidades, que exigiram que as demandas sejam tratadas por meio do sistema da empresa e no horário de trabalho.

Segundo relatos, os gerentes eram orientados a baixar o aplicativo *WhatsApp Business* no celular particular para atender os clientes com o número comercial do banco. Com isso, o telefone continuava funcionando, mesmo de-

pois do expediente, e também nos finais de semana.

A ação pode ser caracterizada como infração à Lei Geral de Proteção de Dados, já que os trabalhadores estariam utilizando o telefone próprio para tratar de assuntos bancários.

Os sindicatos cobraram negociação com o Santander para tratar do assunto. Em reunião, a empresa informou a proibição do *WhatsApp Business*. Também comunicou que o número de telefone fixo da mesa, que antes era no banco, agora foi transferido para o canal do Superlinha, facilitando o acesso e atendimento aos clientes.



Mobilização contra política ultraliberal

Na quarta-feira, servidores públicos fazem atos contra a reforma administrativa

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O BRASILEIRO precisa se mobilizar, se quiser continuar a ter direitos. A PEC 32 - da reforma administrativa - cria condições para contratação precária no serviço público, com jornada parcial e até com salário

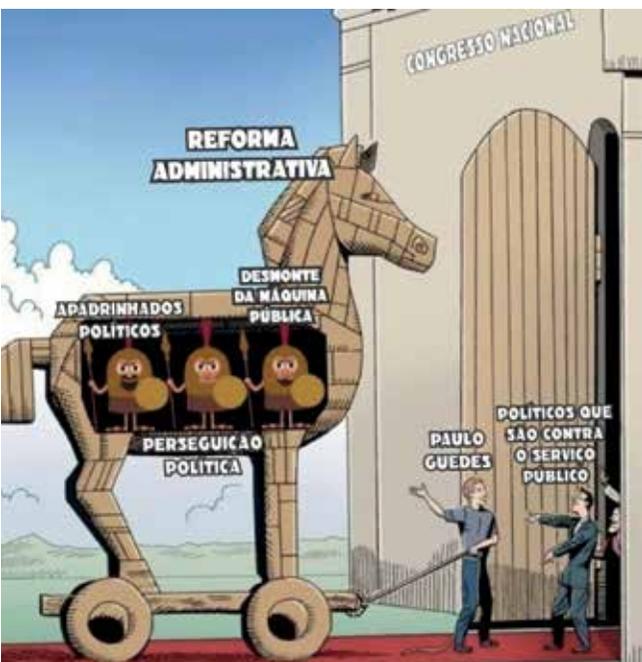
inferior ao mínimo. Se não houver reação forte da sociedade, vai passar pelo Congresso Nacional, de maioria conservadora, representante do grande capital.

Para barrar o avanço da política ultraliberal do governo Bolsonaro, que aumenta ainda mais as desigualdades sociais no Brasil, trabalhadores realizam, na próxima quarta-feira, o Dia de Mobilização e Paralisação contra a Reforma Administrativa.

Todas as formas de protestos são válidas, desde manifestações nas redes sociais, panfletagens até paralisações e passeatas, neste caso respeitando as medidas de prevenção à Covid-19. É importante que os servidores das três esferas - federal, estadual e municipal - se envolvam nas atividades.

A reforma administrativa compromete o desenvolvimento econômico do país, prejudica os bancos públicos, extingue a estabilidade de futuros servidores, amplia a contratação de comissionados, reduz concursos públicos e acaba com garantias importantes, como adicionais por tempo de serviço e promoções de carreira.

Diante disso, a mobilização é de extrema importância para lutar contra o governo Bolsonaro, que quer acabar com os direitos dos trabalhadores a todo custo, desconsiderando, inclusive, as crises sanitária e econômica.



Banco proibido de cobrar por serviço não usado

UM PROJETO de lei complementar que proíbe que os bancos cobrem por tarifas de serviços não utilizados pelos clientes foi aprovado pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado, na terça-feira. O plenário da Casa ainda vai analisar a proposta antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

As organizações financeiras engordam os cofres com as cobranças. A proteção dos consumidores de serviços financeiros contra a ganância das empresas do setor é essencial.

No balanço do segundo trimestre de 2021, os quatro maiores bancos do país divulgaram o rendimento obtido com a receita com prestação de serviços mais a renda das tarifas bancárias. Em 12 meses, o crescimento no Itaú foi de 7,2%, totalizando cerca de R\$ 20,6 bilhões e o Santander

arrecadou R\$ 9,6 bilhões (alta de 11,3%). Já o Bradesco registrou aumento de 3,4% em um ano, somando R\$ 13,344 bilhões. O BB conseguiu R\$ 14,1 bilhões.



Projeto cria barreira legal para proteger os clientes



SAQUE

Rogaciano Medeiros

GRAVÍSSIMO Sem levar em consideração se foi fraca ou forte a tal “tanqueciata” - uso das Forças Armadas para intimidar o Congresso e o STF -, o fato é que tais absurdos não podem ser tolerados. Que democracia é essa? Se não for tomada uma providência urgente, a tendência é se agravar. As elites consentem porque, bom ou ruim, Bolsonaro executa à risca a agenda ultraliberal.

DIGNIDADE Como geralmente ocorre, a mídia, inclusive os meios identificados com a causa democrática, publica matéria, sem citar nomes, dizendo que oficiais do alto escalão teriam se indignado por Bolsonaro ter submetido o Exército ao ridículo da terça-feira. Uma pergunta elementar: cadê os militares legalistas que não se manifestam? É tão digno defender a democracia!

RELEVANTE O crime cometido por Bolsonaro, considerado hediondo em qualquer democracia séria, de usar as Forças Armadas para intimidar o Parlamento e o Judiciário, pode não ter incomodado as elites nativas, mas causou grande apreensão em nível mundial. As pressões internacionais são importantíssimas na luta da resistência democrática contra o neofascismo bolsonarista.

TEMERIDADE Neste momento de ameaça concreta à democracia, é decisivo ampliar a mobilização popular. A derrota da PEC do voto impresso foi fundamental para frear o projeto autoritário de Bolsonaro, mas o placar de 229 votos a favor e 218 contra preocupa. Mostra que ainda há poderosas frações das elites que insistem em sustentá-lo. Inclusive impedir o *impeachment*. Irresponsavelmente.

VIOLAÇÃO O ex-ministro José Dirceu, um dos quadros mais preparados do PT, alega que por trás da proposta absurda do voto impresso está a reforma política, uma radical violação à vontade popular. Extingue o segundo turno e impõe o tal distritão, que acaba com os partidos e instala a supremacia absoluta do poder econômico sobre urnas. Tem plena razão.